



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

## **ANEXO II – CADERNO DE ENCARGOS**

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

SUMÁRIO

1	OBJETIVOS DA CONCESSÃO .....	3
2	DISPOSIÇÕES GERAIS .....	3
3	APRESENTAÇÃO DE PLANOS E PROJETOS .....	4
3.1	PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO .....	4
3.2	PLANO DE INTERVENÇÕES .....	5
3.3	PLANO DE COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL .....	7
3.4	PLANO MUSEOLÓGICO .....	7
4	GESTÃO .....	9
4.1	CADASTUR .....	9
5	Relatório Anual da Concessão .....	9
5.1	Relatório Operacional .....	9
5.2	ACOMPANHAMENTO DOS CONSELHOS CONSULTIVOS DOS PARQUES .....	10
5.3	TRANSPARÊNCIA OPERACIONAL .....	10
5.4	RECURSOS SISTÊMICOS DA CONCESSÃO .....	10
6	USO PÚBLICO PARA ECOTURISMO E RECREAÇÃO .....	11
6.1	FUNCIONAMENTO DA ÁREA DA CONCESSÃO .....	11
6.2	ACESSO À ÁREA DA CONCESSÃO .....	12
6.3	SERVIÇOS E ATIVIDADES VOLTADAS AO USO PÚBLICO NA ÁREA DA CONCESSÃO .....	12
7	CONHECIMENTO .....	18
7.1	EDUCAÇÃO E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL .....	18
7.2	PESQUISA CIENTÍFICA .....	19
8	VISITAÇÃO .....	20
8.1	MONITORAMENTO DE IMPACTOS DA VISITAÇÃO .....	20
8.2	ATENDIMENTO AO PÚBLICO .....	21
8.3	PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO VISITANTE .....	22
9	INFRAESTRUTURA .....	22
9.1	REFORMAS E CONSTRUÇÕES .....	22
9.2	PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL .....	22
9.3	ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO .....	23
9.4	TRILHAS .....	23
9.5	SINALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO .....	23
10	SERVIÇOS OPERACIONAIS DE INFRAESTRUTURA .....	25
11	ENCARGOS DE INTEGRAÇÃO LOCAL .....	38
12	PRAZOS .....	39

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

O presente ANEXO reúne as diretrizes que deverão seguidas pela CONCESSIONÁRIA no cumprimento dos encargos da CONCESSÃO.

## **1 OBJETIVOS DA CONCESSÃO**

Conforme cláusula quinta do CONTRATO, é objeto da LICITAÇÃO a delegação à iniciativa privada das atividades de realização de investimentos, conservação, operação, manutenção e exploração econômica da ÁREA DA CONCESSÃO dos PARQUES incluindo, mas não se limitando, a elaboração de projetos, a realização de obras e investimentos, a prestação de serviços e a exploração econômica de atividades de ecoturismo e visitação, observando as condições estabelecidas no presente CADERNO DE ENCARGOS, no EDITAL, no CONTRATO e demais ANEXOS.

A CONCESSÃO tem como objetivo:

- Melhorar a prestação dos serviços inerentes ao ecoturismo e ao uso público da ÁREA DA CONCESSÃO;
- Oferecer aos USUÁRIOS serviços, informações, infraestruturas e equipamentos de qualidade e compatíveis com os objetivos de criação dos PARQUES;
- Ordenar o fluxo de USUÁRIOS e de diferentes modais no interior da ÁREA DA CONCESSÃO;
- Garantir a implantação de ferramentas de controle e monitoramento da visitação na ÁREA DA CONCESSÃO;
- Oferecer aos USUÁRIOS serviços e informações de qualidade, mantendo as infraestruturas em bom estado de funcionamento e segurança, tendo como referência as diretrizes e encargos detalhados neste documento e no ANEXO III; e
- Garantir a qualidade ambiental da ÁREA DA CONCESSÃO priorizando a implantação de infraestruturas, atividades e serviços com premissas sustentáveis e que geram o mínimo impacto às características do meio ambiente.

## **2 DISPOSIÇÕES GERAIS**

A CONCESSIONÁRIA deverá realizar todas as atividades descritas neste CADERNO DE ENCARGOS, salvo quando expressamente excepcionadas.

A exploração da ÁREA DA CONCESSÃO poderá apresentar componentes diferentes, desde que observe as condições obrigatórias mínimas desta CONCESSÃO e não viole as normas aplicáveis ou o PLANO DE MANEJO.

A CONCESSIONÁRIA deverá observar todo o arcabouço legal existente, composto por leis, decretos, regulamentos, portarias e demais instrumentos normativos e/ou orientativos federais, estaduais e municipais, incluindo as legislações ambientais, do Corpo de Bombeiros e de Tombamento, direta e/ou indiretamente aplicáveis ao objeto da CONCESSÃO.

A CONCESSIONÁRIA deverá respeitar as determinações dos PLANOS DE MANEJO vigentes, sendo eles os principais instrumentos referenciais, responsáveis por estabelecer e definir o zoneamento dos PARQUES, além de definir as normas que orientam o uso das áreas e o manejo dos recursos naturais, estabelecendo inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da ÁREA DA CONCESSÃO.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

### **3 APRESENTAÇÃO DE PLANOS E PROJETOS**

A CONCESSIONÁRIA deverá providenciar todas as autorizações, alvarás, licenças e aprovações necessárias perante os respectivos órgãos e entidades da Administração Pública nos âmbitos federal, estadual e municipal, com vistas à execução das atividades e das obras relacionadas à CONCESSÃO, sendo as despesas com tais processos de sua exclusiva responsabilidade, nos termos do CONTRATO.

#### **3.1 PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO**

A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao CONCEDENTE, em até 90 (noventa) dias após assinatura do CONTRATO, o PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO que contenha o planejamento das atividades necessárias para a execução das obrigações descritas no CONTRATO e ANEXOS, nos termos aqui descritos.

A abertura parcial ou total da ÁREA DA CONCESSÃO aos USUÁRIOS estará vinculada à assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO pelo CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA.

O recebimento do PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO pelo CONCEDENTE contará com uma etapa de admissibilidade, com prazo de 05 (cinco) dias para a verificação de todas as informações e documentos apresentados, garantindo que toda a documentação necessária para avaliação tenha sido entregue pela CONCESSIONÁRIA.

Findo o prazo da etapa de admissibilidade, o CONCEDENTE deverá avaliar o PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO apresentado pela CONCESSIONÁRIA no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável uma única vez, por igual período.

O PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO não está sujeito à aprovação por parte do CONCEDENTE, desde que atenda ao mínimo requerido, conforme a descrição do conteúdo mínimo de cada plano a seguir. O CONCEDENTE poderá apresentar apenas comentários ou ideias com o intuito de aprimorar o PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO, ficando a critério da CONCESSIONÁRIA acatar ou não as sugestões que porventura lhe tenham sido endereçadas.

Após a entrega do PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO pela CONCESSIONÁRIA será emitido o TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO à CONCESSIONÁRIA, observadas as disposições do CONTRATO.

Após a emissão do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, a CONCESSIONÁRIA passará a operar a ÁREA DA CONCESSÃO, a qual ficará sob sua responsabilidade, nos termos do CONTRATO.

O PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO deverá ser composto, minimamente, pelos seguintes planos, detalhados a seguir:

- A. Plano de Riscos e Contingências;
- B. Plano de Emergência Contra Incêndio;
- C. Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS);
- D. Plano de Segurança Patrimonial e dos Usuários e Controle de Acesso;
- E. Plano de Manutenção;

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

- F. Plano de Limpeza;
- G. Plano de Manutenção das Áreas Verdes;
- H. Plano de Monitoramento de Impacto da Visitação; e
- I. Pesquisa de Satisfação dos Visitantes e Comunidade.

O PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO deverá conter o diagnóstico da situação atual de exercício das atividades e dimensionar as atividades futuras considerando a rotina diária e eventos a serem realizados no Parque Estadual da Cantareira (PEC) e no Parque Estadual Alberto Löfgren (PEAL).

O PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO deverá ser atualizado periodicamente, no mínimo a cada 48 (quarenta e oito) meses, correspondente aos ciclos de REVISÕES ORDINÁRIAS, devendo ser submetido ao CONCEDENTE, nos termos do CONTRATO. Ademais, caso ocorra alguma modificação ou ajuste no PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO, deverá a CONCESSIONÁRIA submeter a proposta de alteração específica ao CONCEDENTE para manifestação, nos termos acima disciplinados.

O PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO deverá abranger toda ÁREA DA CONCESSÃO, incluindo edificações que continuarão sob uso do CONCEDENTE, conforme estabelecido no ANEXO I.

### **3.2 PLANO DE INTERVENÇÕES**

A CONCESSIONÁRIA deverá, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do CONTRATO, apresentar o PLANO DE INTERVENÇÕES da ÁREA DA CONCESSÃO para a não objeção do CONCEDENTE. O documento deverá tratar das INTERVENÇÕES e das atividades a serem implantadas na ÁREA DA CONCESSÃO, contendo, no mínimo:

- Projeto Básico das INTERVENÇÕES;
- CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO das INTERVENÇÕES, detalhando prazos e áreas que sofrerão INTERVENÇÕES;
- Planejamento da exploração do uso público da ÁREA DA CONCESSÃO, detalhando as atividades a serem implantadas;
- Plano de Mitigação dos Impactos Ambientais, caso seja necessária mitigação em alguma INTERVENÇÃO proposta; e
- Projeto de Identidade Visual.

A elaboração do Projeto Básico deverá seguir as diretrizes do ANEXO III. Caso a CONCESSIONÁRIA tenha interesse, poderá apresentar um *masterplan* das INTERVENÇÕES propostas previamente para alinhamento com o CONCEDENTE, desde que respeitando o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para apresentação do Projeto Básico das INTERVENÇÕES.

A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar seu PLANO DE INTERVENÇÕES respeitando as diretrizes deste CADERNO DE ENCARGOS e do ANEXO III, englobando os encargos contratuais de infraestrutura.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Além dos itens citados, a CONCESSIONÁRIA deverá relacionar as INTERVENÇÕES a um planejamento da exploração, delimitando as atividades que pretende realizar na ÁREA DA CONCESSÃO, tendo como base as diretrizes apresentadas neste CADERNO DE ENCARGOS.

O PLANO DE INTERVENÇÕES deverá ser elaborado considerando um horizonte de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, em atendimento aos interesses da CONCESSIONÁRIA e dos encargos obrigatórios.

O recebimento do PLANO DE INTERVENÇÕES pelo CONCEDENTE contará com uma etapa de admissibilidade, com prazo de 05 (cinco) dias para a verificação de todas as informações, projetos e documentos apresentados, garantindo que toda a documentação necessária para avaliação tenha sido entregue pela CONCESSIONÁRIA.

Findo o prazo da etapa de admissibilidade, o CONCEDENTE deverá avaliar o PLANO DE INTERVENÇÕES apresentado pela CONCESSIONÁRIA no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável uma única vez, por igual período.

O CONCEDENTE deverá expedir um documento de não objeção ao PLANO DE INTERVENÇÕES apresentado pela CONCESSIONÁRIA em até 30 (trinta) dias corridos contados a partir da entrega do PLANO DE INTERVENÇÕES pela CONCESSIONÁRIA para que seja iniciado o processo de implantação das atividades e das INTERVENÇÕES.

A CONCESSIONÁRIA só poderá iniciar as INTERVENÇÕES na ÁREA DA CONCESSÃO a partir do recebimento do documento de não objeção do PLANO DE INTERVENÇÕES.

O CONCEDENTE possuirá a prerrogativa de não aceitar o PLANO DE INTERVENÇÕES apresentado se:

- No caso dos INVESTIMENTOS MÍNIMOS INICIAIS, não forem respeitados os parâmetros mínimos previstos neste ANEXO e no ANEXO III;
- No que se refere às INTERVENÇÕES, não forem respeitados os requisitos técnicos e ambientais previstos neste ANEXO e no ANEXO III, nem seja compatível com o PLANO DE MANEJO;
- No que se refere às INTERVENÇÕES, forem identificados erros e/ou vícios técnicos na elaboração dos Projetos Básicos, seja por não observância dos requisitos previstos no ANEXO III, ou da legislação aplicável;
- No que se refere às atividades a serem desenvolvidas, não forem respeitados os parâmetros mínimos previstos no item 7 deste ANEXO;
- No que se refere à identidade visual, não forem respeitados os parâmetros discriminados no item 3.3 deste ANEXO.

Caso não haja objeção ao PLANO DE INTERVENÇÕES pelo CONCEDENTE, não se concretizando nenhuma das hipóteses previstas anteriormente, a CONCESSIONÁRIA poderá iniciar as INTERVENÇÕES relativas ao PLANO DE INTERVENÇÕES apresentado assim que recebida notificação do CONCEDENTE informando da não objeção.

O PLANO DE INTERVENÇÕES deverá ser revisto periodicamente, no mínimo a cada 48 (quarenta e oito) meses, ou quando forem propostos novos ajustes, sempre contando com a não objeção do CONCEDENTE. Caso sejam necessárias INTERVENÇÕES antes dos prazos, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar as propostas pontualmente.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

**3.2.1. PROJETO DE IDENTIDADE VISUAL**

A CONCESSIONÁRIA deverá, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do CONTRATO, desenvolver nova identidade visual para a ÁREA DA CONCESSÃO considerando toda comunicação futura, bem como nos elementos da sinalização da ÁREA DA CONCESSÃO, através do desenvolvimento de um PROJETO DE IDENTIDADE VISUAL.

O PROJETO DE IDENTIDADE VISUAL deverá abordar os aspectos de paisagem, flora, fauna e elementos históricos, enaltecendo o Bioma da Mata Atlântica e a relevância histórico-cultural dos PARQUES, devendo ser elaborado em conformidade com as orientações do Manual de Identidade Visual dos Parques Estaduais de São Paulo de 2018, e com as normativas de acessibilidade universal da ABNT NBR 9050.

Ademais, deverá adotar, para toda e qualquer identificação visual relacionada à CONCESSÃO, a logomarca do Governo do Estado de São Paulo e os nomes Parque Estadual da Cantareira e Parque Estadual Alberto Löfgren.

A identidade visual também deverá servir de base para o desenvolvimento dos produtos e serviços a serem eventualmente comercializados na ÁREA DA CONCESSÃO.

Os uniformes utilizados pelos funcionários deverão seguir o padrão e o conceito da identidade visual desenvolvida.

**3.3 PLANO DE COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

A CONCESSIONÁRIA, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do CONTRATO, deverá propor um PLANO DE COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL que aborde as ações e as INTERVENÇÕES a serem realizadas pela CONCESSIONÁRIA em relação a educação, interpretação ambiental e pesquisa na ÁREA DA CONCESSÃO.

Dentre os temas mínimos a serem incluídos estão a importância dos PARQUES e da conservação da biodiversidade, incluindo a fauna, a flora e o patrimônio histórico-cultural e ambiental local; a importância dos PARQUES para o Estado de São Paulo; e a história do abastecimento de água de São Paulo. O PLANO DE COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL deverá estar de acordo com o PROJETO DE IDENTIDADE VISUAL da CONCESSÃO, e ser elaborado em conformidade com as orientações dos PLANOS DE MANEJO dos PARQUES. A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver também meios para divulgação do patrimônio ambiental e histórico-cultural em realidade virtual.

O PLANO DE COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL deverá ser atualizado periodicamente, no mínimo a cada 48 (quarenta e oito) meses, correspondente aos ciclos de REVISÕES ORDINÁRIAS, ou quando forem propostos novos ajustes.

**3.4 PLANO MUSEOLÓGICO**

A CONCESSIONÁRIA deverá, no prazo máximo de 240 (duzentos e quarenta) dias após a assinatura do CONTRATO, apresentar o PLANO MUSEOLÓGICO para o MUSEU FLORESTAL localizado no Horto Florestal para não objeção do CONCEDENTE.

Para a elaboração do PLANO MUSEOLÓGICO a CONCESSIONÁRIA deverá contratar profissional técnico devidamente registrado no Conselho Regional de Museologia para definir a missão, a visão, os valores e os objetivos do MUSEU FLORESTAL, bem como seu planejamento estruturado, os programas, os projetos e as ações a serem desenvolvidas, conforme as diretrizes da Lei Federal n.º 11.904/2009 e de acordo com o CONTRATO, este ANEXO e o ANEXO VI.



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

O PLANO MUSEOLÓGICO deverá definir a missão e a função específicas do MUSEU FLORESTAL, contemplando pelo menos os seguintes itens:

- a. Diagnóstico participativo, contando com o apoio do INSTITUTO;
- b. Identificação dos espaços e conjuntos patrimoniais sob a guarda do MUSEU FLORESTAL; e a
- c. Identificação do público-alvo.

O PLANO MUSEOLÓGICO deverá detalhar, pelo menos, os seguintes programas:

- a. Institucional;
- b. De gestão de pessoas;
- c. De acervo;
- d. De exposições;
- e. Educativo e cultural;
- f. De pesquisa;
- g. Arquitetônico urbanístico;
- h. De segurança;
- i. De financiamento e fomento;
- j. Comunicação; e
- k. Protocolos de salvaguarda e movimentação interna das peças do acervo.

A operação do MUSEU FLORESTAL deverá manter o compromisso claro com a defesa de direitos humanos e promover a educação ambiental e cidadania.

O CONCEDENTE deliberará especificamente sobre a não objeção ao PLANO MUSEOLÓGICO elaborado e proposto pela CONCESSIONÁRIA para o MUSEU FLORESTAL, podendo sugerir ajustes e adequações do PLANO MUSEOLÓGICO até a sua efetiva aprovação, sendo observados as diretrizes da Lei Federal n.º 11.904/2009. Para tal aprovação, além do apoio do INSTITUTO, o CONCEDENTE poderá consultar especialistas na área de patrimônio histórico e cultural.

O recebimento do PLANO MUSEOLÓGICO pelo CONCEDENTE contará com uma etapa de admissibilidade, com prazo de 05 (cinco) dias para a verificação de todas as informações, projetos e documentos apresentados, garantindo que toda a documentação necessária para avaliação tenha sido entregue pela CONCESSIONÁRIA.

Findo o prazo da etapa de admissibilidade, o CONCEDENTE deverá expedir um documento de não objeção ao PLANO MUSEOLÓGICO apresentado pela CONCESSIONÁRIA, em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos contados de sua apresentação, para que seja iniciada a implantação dos programas e atividades.



## SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

O PLANO MUSEOLÓGICO deverá ser revisto periodicamente, no mínimo a cada 48 (quarenta e oito) meses, correspondentes aos ciclos de REVISÕES ORDINÁRIAS ou quando forem propostos novos ajustes, sempre contando com a não objeção do CONCEDENTE. Caso sejam necessárias INTERVENÇÕES antes dos prazos, a CONCESSIONÁRIA deverá encaminhar as propostas pontualmente.

### **4 GESTÃO**

Os encargos de GESTÃO se referem ao funcionamento da infraestrutura gerencial da CONCESSIONÁRIA, sendo necessário, no mínimo:

- Prover todos os equipamentos, equipe e recursos necessários para uma adequada administração da ÁREA DA CONCESSÃO; e
- Identificar todos os colaboradores ou terceirizados da CONCESSIONÁRIA, com a marca ou nome da empresa, na ÁREA DA CONCESSÃO.

#### **4.1 CADASTUR**

A CONCESSIONÁRIA deverá se cadastrar no CADASTUR, Sistema de Cadastro do Ministério do Turismo, obrigatório para pessoas jurídicas que atuam no setor de Turismo e Ecoturismo, conforme Lei Federal nº 11.771/2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.

### **5 RELATÓRIO ANUAL DA CONCESSÃO**

A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao CONCEDENTE, em até 90 (noventa) dias posteriores a cada aniversário do CONTRATO, um relatório anual consolidando as atividades e os encargos desenvolvidos durante os últimos 12 (doze) meses da CONCESSÃO.

Os relatórios anuais, bem como os do VERIFICADOR INDEPENDENTE quando concluídos para apuração da OUTORGA VARIÁVEL, deverão ser disponibilizados no site da CONCESSIONÁRIA para acesso público.

#### **5.1 RELATÓRIO OPERACIONAL**

A partir da celebração do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, a CONCESSIONÁRIA deverá emitir e apresentar mensalmente (ou com a periodicidade mínima viável), em até 5 (cinco) dias úteis após o término do mês, relatório das atividades operacionais contendo, no mínimo:

- Estatísticas de utilização dos atrativos da ÁREA DA CONCESSÃO, contendo os números de visitação verificados no período;
- Bilhetagem dos eventos e do acesso à ÁREA DA CONCESSÃO, discriminado por tipo de INGRESSO, com os números de visitação verificados no período, apresentando os dados tanto de entradas inteiras como meia entradas e isenções;
- Faturamento da SPE, discriminado por origem e tipo de receita;
- Registros feitos pelo público em geral e avaliação descritiva das categorias de manifestações realizadas por meio de Ouvidoria indicando o número de reclamações, sugestões, elogios e outros comentários apontados pelo público; e

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

- Todas as informações necessárias para cômputo dos INDICADORES DE DESEMPENHO, de acordo com o ANEXO IV.

O Relatório Operacional e todo o seu conteúdo, acima listado, deverá ser elaborado e disponibilizado mensalmente ao CONCEDENTE e ao VERIFICADOR INDEPENDENTE, até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.

## **5.2 ACOMPANHAMENTO DOS CONSELHOS CONSULTIVOS DOS PARQUES**

A CONCESSIONÁRIA deverá apresentar para conhecimento dos Conselhos Consultivos dos PARQUES o PLANO DE INTERVENÇÕES e, anualmente, deverá apresentar um relatório das atividades realizadas no ano anterior e, sempre que solicitada, deverá comparecer às reuniões periódicas deste Conselho.

A solicitação deverá ocorrer por meio de notificação, com pelo menos 10 (dez) dias úteis de antecedência, seja pelo CONCEDENTE, seja pelo Órgão Gestor do Parque, seja quando solicitado por membros diretores dos Conselhos Consultivos, previamente à realização da reunião.

## **5.3 TRANSPARÊNCIA OPERACIONAL**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da assinatura do CONTRATO, deverá gerir e prestar todos os esclarecimentos e informações ao CONCEDENTE, incluindo dados sobre:

- Demanda de visitantes;
- Faturamento;
- Atividades operacionais;
- Execução de encargos;
- Indicadores de desempenho;

Para cumprir tais tarefas, oferecendo total transparência junto ao CONCEDENTE, a equipe de gestão da CONCESSIONÁRIA deverá se utilizar de recursos sistêmicos (de informática). Especificamente em relação às informações acima listadas, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar relatórios periodicamente, bem como dar acesso direto a esses dados através da disponibilização de licença de uso específico ao CONCEDENTE (limitado ao acesso dos dados/relatórios pertinentes) do Sistema de Controle e Gestão (SCG), descrito no item 5.4.1.

## **5.4 RECURSOS SISTÊMICOS DA CONCESSÃO**

### **5.4.1 Sistema de Controle e Gestão (SCG)**

A fim de sistematizar a gestão econômico-financeira do CONTRATO, bem como disponibilizar as informações gerenciais ao CONCEDENTE, deverá ser adotada uma solução sistêmica, aqui denominada de Sistema de Controle e Gestão Operacional (SCG), o qual deverá cumprir as funções operacionais de “*Front-Office*” e “*Back-Office*”, ou seja, recursos operacionais, recursos de gestão administrativa e financeira, além da gestão comercial, de acesso, visitação e gerenciamento de bilheteria dos núcleos.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

A partir da celebração do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, a CONCESSIONÁRIA deverá implantar um Sistema de Controle e Gestão Operacional (SCG) capaz de gerir e informar receitas, visitação, custos e despesas operacionais, além de apresentar relatórios e indicadores acessíveis pelo CONCEDENTE.

Os equipamentos deverão ser geridos por um sistema que opere em uma mesma plataforma ou por sistemas distintos, mas totalmente integrados e que apresentem uma uniformidade na gestão. O sistema deverá possuir os seguintes elementos mínimos:

Para o FRONT-OFFICE:

- receita de eventos e patrocínios;
- guarda volumes;
- estacionamento;
- e-commerce.

Para o BACK-OFFICE:

- documentos fiscais;
- gestão financeira;
- conciliador de cartões de crédito/débito;
- controladoria;
- gestão de compras;
- gestão de estoque;
- relatórios gerenciais;
- gestão *mobile*.

## **6 USO PÚBLICO PARA ECOTURISMO E RECREAÇÃO**

### **6.1 FUNCIONAMENTO DA ÁREA DA CONCESSÃO**

A ÁREA DA CONCESSÃO deverá ser aberta para visitação considerando, no mínimo:

**Parque Estadual da Cantareira:**

- Núcleos Pedra Grande e Engordador: de terça-feira a domingo, das 8:00 às 17:00, com funcionamento até às 18h00.
- Trilha da Pedra Grande (Núcleo Pedra Grande): entrada das 8:00 às 15:00;
- Trilha da Cachoeira (Núcleo Engordador): entrada das 8:00 às 15:30;

## SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

- Núcleo Águas Claras: portaria principal aos finais de semana e feriados, das 8:00 às 17:00, com funcionamento até às 18:00.

### **Núcleos Parque Estadual Alberto Löfgren:**

- Todos os Núcleos: diariamente, das 08:00 às 17:00, com funcionamento até às 18:00.

A CONCESSIONÁRIA poderá adotar outros horários e dias de funcionamento, observado o mínimo acima previsto, sempre em respeito ao PLANO DE MANEJO e ao Plano de Monitoramento de Impacto da Visitação, a ser elaborado pela CONCESSIONÁRIA, nos termos deste ANEXO.

Por motivo de segurança, a CONCESSIONÁRIA poderá fechar total ou parcialmente a área de uso público destinada à visitação da ÁREA DA CONCESSÃO, a qualquer tempo, devendo, caso o fechamento implique em redução do funcionamento para patamares inferiores ao quanto estabelecido como condições mínimas de funcionamento, reabri-la de imediato, assim que recuperadas as condições mínimas de uso.

O período de funcionamento dos serviços e equipamentos disponíveis na ÁREA DA CONCESSÃO deverá ser definido conforme a natureza de cada um, devendo a CONCESSIONÁRIA informar ao CONCEDENTE e aos USUÁRIOS seus horários, inclusive nos casos de alterações definitivas ou temporárias nesses parâmetros.

Atividades realizadas após o horário de 18:00 deverão restringir o uso de iluminação excessiva e níveis altos de ruído, de forma a não prejudicar a diversidade local e respeitando, também, os parâmetros definidos em legislações municipais. As áreas utilizadas no período noturno deverão ser bem delimitadas e controladas para garantir a segurança dos visitantes, da fauna e da flora e evitar uso de trechos não contemplados na ÁREA DA CONCESSÃO.

## **6.2 ACESSO À ÁREA DA CONCESSÃO**

A CONCESSIONÁRIA deverá manter abertos os portões de acesso à ÁREA DA CONCESSÃO conforme o horário de funcionamento estabelecido, observado o regramento mínimo disposto neste CADERNO DE ENCARGOS.

O Parque Estadual Alberto Löfgren e seus núcleos não poderão considerar a cobrança de INGRESSO ou demais valores para entrada dos USUÁRIOS, mas deverão observar os encargos específicos de Segurança e Vigilância Patrimonial nos portões de acesso à ÁREA DA CONCESSÃO. A CONCESSIONÁRIA, contudo, poderá explorar demais atividades e serviços de forma onerosa dentro de tais núcleos.

A CONCESSIONÁRIA deverá controlar o acesso de funcionários próprios, do CONCEDENTE, da FUNDAÇÃO FLORESTAL, do INSTITUTO, da Polícia Militar e da SABESP em serviço mediante autorização prévia, além de demais veículos em serviços na ÁREA DA CONCESSÃO previamente cadastrados, com identificação própria tais como adesivo, cartão, sistema de biometria ou outros com qualidade superior.

Funcionários do Governo do Estado de São Paulo em serviço nos PARQUES poderão acessar as unidades apresentando a devida identificação.

## **6.3 SERVIÇOS E ATIVIDADES VOLTADAS AO USO PÚBLICO NA ÁREA DA CONCESSÃO**

A CONCESSIONÁRIA deverá implantar, no mínimo, as atividades descritas neste ANEXO. De forma complementar, a CONCESSIONÁRIA poderá explorar serviços inerentes ao apoio dos visitantes, ao ecoturismo ou outros associados aos atributos naturais, culturais, históricos, esportivos e de lazer dos

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

PARQUES, com atividades voltadas à recreação, cultura, contemplação do ambiente natural e ao patrimônio histórico, interpretação e educação ambiental, lazer, esportes e aventura, com possíveis usos em estruturas de apoio que tragam novas experiências aos visitantes e criem alternativas de consumo e bem-estar, tais como alimentação, estacionamento, comércio, transporte, hospedagem, entre outros. Sendo assim, a CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver atividades, atrativos e serviços que julgar necessários para a adequada exploração e operação da ÁREA DA CONCESSÃO.

Espera-se que os serviços atinjam diferentes públicos e que tornem os PARQUES mais atrativos para os visitantes.

As atividades que serão oferecidas aos USUÁRIOS deverão ser desempenhadas com qualidade e de maneira eficiente e econômica pela CONCESSIONÁRIA, respeitando a legislação aplicável, incluindo as disposições relacionadas à segurança do trabalho e à temática ambiental.

As atividades e os serviços da CONCESSÃO devem ser realizados nos limites da ÁREA DA CONCESSÃO, cujo perímetro encontra-se delimitado no ANEXO I.

A CONCESSIONÁRIA não poderá, em nenhuma hipótese, fazer qualquer espécie de cobrança, dos USUÁRIOS, para acesso à área que esteja fora de sua gestão.

A CONCESSIONÁRIA poderá produzir e comercializar imagens da experiência vivenciada pelos USUÁRIOS, observada a legislação aplicável, ou dos atributos naturais e culturais das Unidades de Conservação, exclusivamente relacionados à ÁREA DA CONCESSÃO. Todas as produções deverão fazer referência à Unidade de Conservação.

### **6.3.1 PARQUE ESTADUAL DA CANTAREIRA (PEC)**

#### **A. Arrecadação de bilhetagem**

A CONCESSIONÁRIA deverá, quando da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, prover os serviços de bilhetagem de INGRESSOS de entrada do PEC, bem como das UNIDADES GERADORAS DE CAIXA internas que pratiquem algum tipo de cobrança (atrativos, transporte interno, alimentação, souvenirs etc.).

A CONCESSIONÁRIA deverá implantar e administrar o serviço de venda dos INGRESSOS e dos atrativos de maneira física, nas bilheterias, e de maneira online, por meio do site da CONCESSÃO. Poderá ser utilizada a venda de INGRESSOS por meio de totens.

O serviço de vendas da CONCESSIONÁRIA deverá controlar os acessos; recepcionar, orientar e informar os visitantes sobre as atrações e passeios disponíveis.

Para estabelecer sua política de INGRESSOS, a CONCESSIONÁRIA deverá observar o ANEXO VIII.

A CONCESSIONÁRIA deverá se valer dos meios disponíveis para melhorar o acesso aos PARQUES e manter o adequado serviço aos USUÁRIOS.

#### **B. Estacionamento**

A entrada de veículos de visitantes no interior do PEC será permitida até os locais de estacionamento que deverão ser devidamente ordenados e sinalizados.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

A gestão do fluxo dos veículos de visitantes no interior da ÁREA DA CONCESSÃO será de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, que deverá adequar os estacionamentos existentes seguindo as diretrizes do ANEXO III e contratar seguro para a atividade.

A CONCESSIONÁRIA deverá controlar o número de veículos que entram na ÁREA DA CONCESSÃO, observando os limites máximos de vagas disponíveis.

Atualmente, não há cobrança pelo uso do estacionamento, devido à necessidade de adequação dos espaços de utilização, assim como de contratação de seguro, mas não há qualquer vedação para que a CONCESSIONÁRIA faça a cobrança pelo uso do espaço, incluindo a possibilidade de realização de outras atividades que não apenas a gestão de veículos, desde que causem danos, e após a realização dos ajustes e adequações necessários.

**C. Alimentação e Bebida**

A CONCESSIONÁRIA deverá implantar e operar ao menos um local de alimentação e bebida em cada núcleo da ÁREA DE CONCESSÃO do PEC, podendo escolher a localização para tal atividade dentre os edifícios existentes ou em equipamentos móveis.

Em pelo menos um dos locais de alimentação, a CONCESSIONÁRIA deverá oferecer, mas não exclusivamente, alimentos e bebidas preparados com frutos típicos da Mata Atlântica, tais como cambuci, taioba, juçara, entre outros.

**D. Circuito de Aventura**

A CONCESSIONÁRIA deverá implantar, em até 36 (trinta e seis) meses contados da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, equipamentos de aventura integrados à natureza, no mínimo, no núcleo Águas Claras, em clareira próxima ao Lago das Carpas, tais como circuito de arvorismo, tirolesa, parede de escaladas, entre outras atividades de ecoturismo e aventura na natureza.

A escolha dos equipamentos deve primar pela conservação dos recursos naturais e culturais do PEC com observância às normas reguladoras gerais, como da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Como complemento da atividade, a CONCESSIONÁRIA deverá implantar elementos interpretativos ao longo do percurso de aventura, abordando a fauna e flora locais, seguindo a identidade visual da CONCESSÃO.

**E. Atividades Aquáticas**

A CONCESSIONÁRIA poderá explorar atividades ou esportes náuticos na represa do Engordador, respeitando os limites indicados pela SABESP dispostos no ANEXO V.

Caso sejam desenvolvidos atividades ou esportes náuticos, deverão ser priorizados píeres flutuantes e deverão ser instalados equipamentos de segurança e sinalização em áreas de atenção, captação e sumidouros.

Na hipótese da implantação de píer fixo, deverão ser obtidas as licenças e autorizações legais, além da manifestação prévia da SABESP.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

A CONCESSIONÁRIA poderá explorar atividades aquáticas nos Lagos do Núcleo Horto Florestal, tais como pedalinho e canoa, após realizar o procedimento de desassoreamento, sob sua responsabilidade.

A CONCESSIONÁRIA deverá monitorar anualmente a qualidade da água dos Lagos do Horto Florestal e da Represa do Engordador caso as estruturas sejam utilizadas para fins de esportes e atividades aquáticas.

### **6.3.2 INTEGRAÇÃO ENTRE PEAL E PEC**

A CONCESSIONÁRIA deverá reforçar a conexão entre os núcleos Horto Florestal (PEAL) e Pedra Grande (PEC), em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO.

A CONCESSIONÁRIA deverá implantar um Portal de Entrada para o PEC na área do Horto Florestal, marcando entrada do núcleo Pedra Grande, conforme indicado no ANEXO III. Deverá ser implantado sistema de controle de acesso de visitantes.

#### **A. Estacionamento**

A CONCESSIONÁRIA deverá reformar o estacionamento do Horto Florestal, em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, conforme indicado no ANEXO III, para também atender os visitantes do Núcleo Pedra Grande.

#### **B. Transporte Interno**

A CONCESSIONÁRIA deverá, em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, implantar um Sistema de Transporte Interno conectando os núcleos Horto Florestal, Pedra Grande e Águas Claras, com pontos de parada nos principais atrativos.

O transporte interno deverá, no mínimo, conectar o estacionamento do Horto Florestal até o mirante da Pedra Grande.

A frota do Sistema de Transporte Interno deverá ser composta por veículos com acessibilidade e local para bicicletas, sendo disponibilizados em número adequado à demanda de visitantes de modo a proporcionar um serviço de qualidade e eficiência e de baixa emissão de carbono.

É desejável que os veículos proporcionem aos visitantes uma boa experiência de contato com a natureza, sendo por si só um atrativo dos PARQUES.

Deverá ser instalado sistema de áudio com informações sobre os PARQUES e seus atrativos ao longo do percurso.

O Sistema de Transporte Interno deverá garantir serviço contínuo durante o horário de funcionamento do PEC e seus atrativos.

Aos finais de semana deverão ser previstos horários específicos e pré-determinados, visando não prejudicar o acesso de pedestres na subida até o mirante da Pedra Grande.

### **6.3.3 PARQUE ESTADUAL ALBERTO LÖFGREN**



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

A CONCESSIONÁRIA deverá implantar no PEAL, no mínimo, as atividades descritas neste ANEXO, podendo explorar outros serviços conforme indicado nas disposições gerais deste item 6.3.

**A. Alimentação e Bebida**

A CONCESSIONÁRIA deverá implantar e operar, direta ou indiretamente, ao menos um local de alimentação e bebida no Núcleo Horto Florestal, podendo escolher a localização para tal atividade entre os edifícios existentes ou implantação de nova infraestrutura.

Além do serviço fixo, a CONCESSIONÁRIA poderá implantar serviços de alimentação em sistema móvel, no estilo *food bike*, *food truck* e quiosque móvel, no Núcleo Horto Florestal.

A CONCESSIONÁRIA poderá implantar serviços de alimentação nos outros núcleos do PEAL, a seu critério.

**B. Museu Florestal**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da celebração do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, será responsável pelo MUSEU FLORESTAL, devendo observar o disposto no ANEXO VI.

A CONCESSIONÁRIA poderá propor novos usos, atividades e serviços ao MUSEU FLORESTAL desde que sejam compatíveis com sua missão e que garantam a manutenção plena de sua atividade-fim museológica, tais como serviços de alimentação, conveniência e venda de *souvenir*.

Dadas as melhorias e atrações, rotativas ou não, realizadas no edifício, a CONCESSIONÁRIA poderá explorar a bilheteria do MUSEU FLORESTAL, seguindo as determinações legais e as diretrizes definidas no ANEXO VIII, vedada a cobrança de INGRESSO para o acesso de pesquisadores ou funcionários do INSTITUTO ou da SIMA ao MUSEU FLORESTAL, quando no exercício de suas atividades.

O INSTITUTO terá as seguintes prerrogativas, a serem respeitadas e atendidas pela CONCESSIONÁRIA:

- Realizar exposição temporária no MUSEU FLORESTAL, durante 30 (trinta) dias por ano, mediante agendamento a ser realizado em até 180 (cento e oitenta) dias antes da data da reserva, e que seja compatível com demais atividades fixas da CONCESSIONÁRIA;
- Realizar oficinas, cursos, encontros científicos ou outros eventos no MUSEU FLORESTAL a uma cota de 10 horas/mês, mediante agendamento a ser realizado em até 15 (quinze) dias antes da data da reserva, conforme a disponibilidade dos espaços, e que seja compatível com as demais atividades fixas da CONCESSIONÁRIA;
- 200 (duzentos) INGRESSOS anuais para acesso de grupos monitorados para atividades educacionais no ensino superior ou técnico promovidas pelo INSTITUTO, incluindo finais de semana, conforme previsto no ANEXO VIII.

**6.3.3.B.1 Edifício**

A CONCESSIONÁRIA deverá:

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

- Concluir as adequações de elétrica e hidráulica do MUSEU FLORESTAL em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, conforme estabelecido no ANEXO III.
- Reformar todo o edifício do MUSEU FLORESTAL, em até 60 (sessenta) meses contados da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, observando o ANEXO III.

**6.3.3.B.2 Acervo**

A CONCESSIONÁRIA deverá:

- Garantir a manutenção, preservação e segurança do ACERVO MUSEOLÓGICO, devendo elaborar um protocolo de salvaguarda e um protocolo para movimentação interna das peças junto ao PLANO MUSEOLÓGICO, respeitando a supervisão técnico-científica do INSTITUTO e observando as diretrizes apresentadas no ANEXO VI.
- Verificar e atualizar semestralmente o inventário de bens contidos no ACERVO MUSEOLÓGICO, devendo enviar a lista atualizada para acompanhamento e supervisão do INSTITUTO.
- Disponibilizar mesa de apoio técnico na área de reserva técnica do MUSEU FLORESTAL para a realização de atividades de pesquisa.
- Autorizar o livre acesso de pesquisadores e funcionários do INSTITUTO, devidamente identificados, aos bens do ACERVO MUSEOLÓGICO, inclusive da reserva técnica, mediante agendamento prévio com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, em horário regular de funcionamento do MUSEU FLORESTAL, vedado o embarço às atividades técnico-científicas.
- Requerer a autorização do CONCEDENTE para a realocação externa, temporária ou permanente, dos bens do ACERVO MUSEOLÓGICO armazenados no MUSEU FLORESTAL, ressalvadas as movimentações internas de tais bens no edifício do MUSEU FLORESTAL para fins de organização ou para exposições e demais atividades museológicas, bem como eventuais realocações emergenciais temporárias para a garantia da integridade do ACERVO MUSEOLÓGICO.

**C. Palácio do Horto Florestal**

A CONCESSIONÁRIA deverá adequar e dar uso ao edifício do Palácio do Horto Florestal e seus anexos, podendo realizar atividades de saúde, bem-estar, lazer, educação, cultura, comércio, alimentação, eventos, administração, entre outros.

As atividades a serem implantadas no local deverão considerar a valorização da estrutura existente enquanto patrimônio histórico do PEAL.

**D. Voluntariado**

O Horto Florestal e o Polo Ecocultural possuem ações de voluntariado que devem ser mantidas e contar com o apoio CONCESSIONÁRIA, considerando o disposto neste item.

Os voluntários terão direito a uma cota mensal de 120 (cento e vinte) horas para utilização gratuita das salas do Polo Ecocultural, mediante agendamento a ser realizado em até 15 (quinze) dias antes da data da reserva com base na programação a CONCESSIONÁRIA deverá disponibilizar semestralmente com grade

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

horária para consulta e agendamento dos voluntários. No caso do uso do auditório, será necessário agendamento prévio com 90 (noventa) dias de antecedência.

Os voluntários poderão utilizar gratuitamente os espaços abertos do Horto Florestal para suas ações (quadras, parques infantis, academia ao ar livre, caminhos) mediante agendamento a ser realizado com a antecedência prevista.

**E. Passivo Ambiental no Núcleo Polo Ecocultural**

A CONCESSIONÁRIA deverá manter isoladas as Canchas 1, 2 e 3, descritas no ANEXO III, enquanto não forem concluídas, pelo CONCEDENTE, as ações de remediação e recuperação das áreas.

**7 CONHECIMENTO**

**7.1 EDUCAÇÃO E INTERPRETAÇÃO AMBIENTAL**

A CONCESSIONÁRIA deverá, quando da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, atender à premissa básica de proporcionar incentivo à consciência, interpretação e educação ambiental sobre os elementos naturais, históricos e culturais dos PARQUES.

A CONCESSIONÁRIA deverá:

- Realizar campanhas e ações de comunicação para sensibilização, conscientização e educação ambiental direcionada aos USUÁRIOS, bem como à equipe interna. Deverão ser abordados os seguintes temas: coleta, retirada ou dano à exemplares da flora local; redução do consumo de água, energia e reciclagem de resíduos sólidos, além do fomento a minimização da geração de resíduos; proibição de fogueiras sem autorização pelo órgão gestor dentro dos PARQUES; importância da fauna e flora local; proibição de alimentação de animais silvestres; entre outros;
- Verificar, junto ao CONCEDENTE, as atividades ou projetos já existentes nos PARQUES relacionadas à educação ambiental, além de identificar e promover possíveis parcerias para fortalecimento dos laços com a comunidade local;
- Desenvolver exposições permanentes nos Centros de Visitantes e Recepções, com conteúdo educativo e interativo sobre o patrimônio natural e histórico-cultural dos PARQUES;
- Desenvolver meios para divulgação do patrimônio ambiental e histórico cultural dos PARQUES;
- Realizar eventos sobre temáticas ambientais em datas comemorativas, atuando de forma integrada e sinérgica com o Calendário Anual de Educação Ambiental do CONCEDENTE. As datas comemorativas mínimas são:

1. Dia Mundial da Água – 22/3
2. Dia do Planeta Terra – 22/4
3. Dia Nacional da Mata Atlântica – 22/5
4. Dia Mundial do Meio Ambiente – 05/6

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

5. Aniversário do PEC e PEAL -30/01 e 10/02
  6. Dia da Árvore – 21/9
  7. Dia de Proteção à Fauna – 04/10
  8. Semana de Museus nacional e estadual
- Promover, organizar e realizar, uma vez por ano, o Circuito da Caminhada Histórica na ÁREA DA CONCESSÃO, contando com apoio do INSTITUTO e de voluntários. O evento deverá, além da caminhada entre os prédios históricos e arboretos centenários, oferecer palestras e atividades lúdicas como contação de história e apresentação musical, tudo dentro das temáticas propostas. A Caminhada deverá ter como roteiro mínimo:
    1. Antigo Palácio de Verão do Governador.
    2. Sede do INSTITUTO;
    3. Arboreto Alberto Löfgren;
    4. Monumento de São João Gualberto;
    5. Estátua do Curupira;
    6. MUSEU FLORESTAL.

O CONCEDENTE terá direito a uma cota mensal de até 24 (vinte e quatro) horas de utilização gratuita de espaços da CONCESSIONÁRIA, mediante agendamento a ser realizado em até 20 (vinte) dias antes da data da reserva, devendo, para tanto, utilizar seu próprio equipamento audiovisual. O direito recairá, preferencialmente, sobre a utilização dos Centros de Visitantes e Auditórios dos núcleos Pedra Grande e Engordador, podendo a CONCESSIONÁRIA indicar outra instalação, de características similares, caso tais estruturas não estejam disponíveis.

Não havendo demanda pela utilização do espaço mencionado no item anterior, o CONCEDENTE poderá fazer uso do tempo disponível, em comum acordo com a CONCESSIONÁRIA, mesmo que já tenha atingido sua cota mensal.

A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer anualmente relatório com registro das ações e atendimentos realizados.

## **7.2 PESQUISA CIENTÍFICA**

A CONCESSIONÁRIA deverá, a partir da celebração do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO:

- Permitir acesso de pesquisadores nas ÁREAS DA CONCESSÃO desde que estejam com pesquisas autorizadas e procedimentos definidos pelo COTEC.
- Fomentar e contribuir com a realização de pesquisas e estudos na ÁREA DA CONCESSÃO e estimular o compartilhamento dos resultados dos projetos para difusão do conhecimento.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

Atualmente, o MUSEU FLORESTAL é local de pesquisas e projetos externos, cabendo destacar:

1. O Museu Florestal Octávio Vecchi: meio-ambiente, patrimônio, arte e ciência em São Paulo – Universidade Federal de São Paulo - Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Departamento de História e Departamento de História da Arte.
2. Proposta de Projeto Técnico-Científico de Conservação e Restauração de Pintura Sobre Tela: Tríptico de Helios Seelinger pertencente ao acervo do Museu Florestal Octávio Vecchi - Instituto Florestal (São Paulo). Curso de Pós-graduação em Conservação e Restauração de Bens Patrimoniais na Universidade Santa Úrsula - RJ. Instituição Filiadora: Museu de Arte Sacra de São Paulo.
3. Museu Florestal Octávio Vecchi: Missão e Práticas à luz da Educação Ambiental – Trabalho de Conclusão de Curso Técnico de Museologia - Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, Etec- Parque Da Juventude.
4. A divulgação científica no Serviço Florestal nas décadas de 1930 e 1940 e a contribuição do Museu Florestal para a constituição dos saberes ambientais em SP. Mestrado em Divulgação Científica e Cultural pela Universidade de Campinas.
5. O Projeto Publicação Museu Florestal Octávio Vecchi: O despertar da conscientização ambiental através da Arte (em fase de captação de recursos).

## **8 VISITAÇÃO**

### **8.1 MONITORAMENTO DE IMPACTOS DA VISITAÇÃO**

A CONCESSIONÁRIA deverá criar e operacionalizar, a partir da celebração do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, um sistema de indicadores para monitoramento dos impactos da visitação nas áreas de uso público objeto da CONCESSÃO, utilizando como referência o Manual de Monitoramento e Gestão dos Impactos da Visitação em Unidades de Conservação da FF/SIMA.

As disposições sobre o monitoramento de impactos da visitação na ÁREA DA CONCESSÃO deverão ser contempladas no PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO da CONCESSÃO, para avaliação do CONCEDENTE.

No âmbito deste encargo a CONCESSIONÁRIA deverá:

- Executar as ações necessárias de mitigação de impacto, com base na performance dos indicadores, não se limitando a interdição de áreas ou atrativos;
- Apresentar previamente projetos e ações de mitigação para a não objeção do CONCEDENTE; e
- Apresentar os registros e resultados do monitoramento ao CONCEDENTE com periodicidade anual, ou quando solicitado.

A partir dos resultados gerados anualmente, bem como da ampliação do conhecimento relacionado com o monitoramento e gestão dos impactos da visitação em unidades de conservação, a CONCESSIONÁRIA e o CONCEDENTE deverão verificar a necessidade de inclusão de novos indicadores, estabelecer prioridades para os indicadores e impactos mais críticos, além de adequar o monitoramento, quando das revisões ordinárias do CONTRATO.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

**8.2 ATENDIMENTO AO PÚBLICO**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da assinatura do TERMO DA ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá prover o atendimento ao público, incluindo os seguintes serviços:

- Oferecer primeiros socorros aos visitantes e USUÁRIOS, bem como chamar os serviços de emergência assistencial para o caso de necessidade de remoção dos vitimados;
- Disponibilizar redes *wi-fi* gratuitas (mediante cadastramento gratuito do USUÁRIO), ao menos nos núcleos Horto Florestal e Engordador;
- Disponibilizar Centrais de Atendimento ao Público (Centrais de Visitantes) nos núcleos Pedra Grande, Horto Florestal e Engordador para orientação dos USUÁRIOS, esclarecimentos de dúvidas, primeiros socorros e reclamações e sugestões (Ouvidoria);
- Disponibilizar *website* nos idiomas português e inglês, com o seguinte conteúdo mínimo:
  - Histórico, principais características e descrição dos PARQUES;
  - Atividades e atrações disponíveis;
  - Horários de funcionamento;
  - Programação de eventos;
  - Tabelas de preços de INGRESSOS e das atividades e atrações pagas;
  - Compra de INGRESSOS on-line;
  - Opções de transportes público (como chegar);
  - Canal de OUVIDORIA para registro de manifestações do público em geral, onde se possa depositar reclamações, sugestões, elogios e comentários gerais. Este canal deverá permitir a anexação de arquivos eletrônicos (.doc, .xls, .jpg, .pdf) para permitir maior interação entre público em geral e Concessionária;
  - Contato do CONCEDENTE.
- Disponibilizar os registros realizados pelo público em geral por meio da Ouvidoria e prover avaliação descritiva das principais categorias de registros, considerando, minimamente, as seguintes categorias: (I) reclamações, (II) elogios, (III) sugestões e (IV) outros. A avaliação descritiva deve conter, minimamente:
  - Data, quantidade de registro por categoria e local a que se referente o registro (se houver);
  - Para reclamações, utilizar a subclassificação de ao menos os seguintes itens: conservação da infraestrutura, conservação das áreas verdes, qualidade da sinalização e informação, higiene e limpeza, atendimento ao público, qualidade e preços dos produtos e serviços comercializados, percepção de segurança e outros;
  - Para sugestões, utilizar a subclassificação de ao menos os seguintes itens: melhorias, atrativos, soluções para problemas encontrados, serviços e outros;

## SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

- Para elogios, indicar minimamente a que local, serviço ou produto a que o elogio se destina considerando ao menos: parque, núcleo, estabelecimento, serviço oferecido, funcionários, produto ou outros; e
- Outros

É recomendável que a CONCESSIONÁRIA disponibilize aos USUÁRIOS informações e atendimento presencial trilingue (português, espanhol e inglês) para melhor atendimento ao público estrangeiro.

### 8.3 PESQUISA DE SATISFAÇÃO DO VISITANTE

A CONCESSIONÁRIA deverá:

- Realizar pesquisa de satisfação do visitante na ÁREA DA CONCESSÃO, com apoio do VERIFICADOR INDEPENDENTE, que deverá indicar os seguintes elementos mínimos dos USUÁRIOS: gênero, idade, cidade de origem, meio de transporte utilizado para chegar aos PARQUES, faixa de renda, escolaridade, motivação da visita, acompanhantes da visita (grupo, casal, individual ou família), avaliação da infraestrutura, serviços, atrativos e grau de conscientização ambiental;
- Além dos itens mínimos citados no item anterior, o USUÁRIO deverá ser questionado em relação a sua satisfação com a sinalização, considerando:
  1. sinalização alusiva de proteção e cuidados à fauna, flora e acessos;
  2. recomendações sobre o descarte de resíduos e a importância da não alimentação de animais; e
  3. painéis contendo o histórico das Unidades de Conservação.
- No questionário de avaliação, deverá ser indicado se o visitante reside no entorno dos PARQUES, considerando o raio de 2km, de modo a possibilitar análise desta estratificação da amostra quanto à satisfação da comunidade local em relação aos PARQUES, enquanto espaço de lazer, política tarifária e de incentivo ao desenvolvimento socioeconômico local;
- Apresentar o Plano de Pesquisa para Avaliação da Satisfação do Visitante e da Comunidade, como item integrante do PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO, considerando critérios de amostra, parâmetros estatísticos, periodicidade e emissão de relatório conforme previsto no ANEXO IV.

## 9 INFRAESTRUTURA

### 9.1 REFORMAS E CONSTRUÇÕES

A CONCESSIONÁRIA, a partir da celebração do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, terá sob a sua responsabilidade as edificações e infraestruturas existentes na ÁREA DA CONCESSÃO, conforme apresentado no ANEXO III.

Os encargos relacionados a reformas em edificações e novas INTERVENÇÕES constam do ANEXO III.

### 9.2 PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

As INTERVENÇÕES nos monumentos e edificações histórico-culturais da ÁREA DA CONCESSÃO referem-se a uma operação altamente especializadas com caráter excepcional ao patrimônio do Estado de São Paulo e capital.

Caberá à CONCESSIONÁRIA providenciar, durante toda a vigência da CONCESSÃO, as autorizações dos órgãos de defesa do patrimônio material e/ou imaterial que se façam necessárias em virtude de tombamentos impostos às áreas dos PARQUES e respectivas exigências, bem como realizar o restauro e manutenção dos referidos bens tombados.

### **9.3 ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO**

A CONCESSIONÁRIA deverá, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO:

- Prover o fornecimento de água para consumo humano na ÁREA DA CONCESSÃO; e
- Realizar anualmente análise da qualidade da água utilizada nas áreas de uso público, com a finalidade de comprovar sua adequação para as diferentes finalidades a que se destina, monitorando sua qualidade, em conformidade com os parâmetros de potabilidade e demais legislações cabíveis.

### **9.4 TRILHAS**

A CONCESSIONÁRIA deverá adequar o sistema de trilhas localizadas na ÁREA DA CONCESSÃO, nos prazos previstos no ANEXO III, considerando, no mínimo:

- Manter em condições adequadas de uso as trilhas existentes, conforme procedimentos previstos no Manual de Construção e Manutenção de Trilhas da SIMA, incluindo sinalização indicativa e interpretativa, a ser aprovada pelo CONCEDENTE;
- Disponibilizar os materiais de comunicação utilizados nas trilhas em outras línguas, obrigatoriamente em inglês, e em braille;
- Projetos de novos percursos de trilhas desenvolvidos pela CONCESSIONÁRIA na ÁREA DA CONCESSÃO deverão ser propostos no âmbito do PLANO DE INTERVENÇÕES, observando as diretrizes do PLANO DE MANEJO, normativas vigentes e Manual de Construção e Manutenção de Trilhas da SIMA;
- No caso de realização de atividades vinculadas à observação de aves, deverão ser sinalizadas com placas as espécies endêmicas e a sazonalidade do avistamento, observando a diferença de altitude dos locais de avistamento, que poderá influenciar na variedade das espécies avistadas;
- No caso de trilhas para atividades de bicicletas, deverão ser tomadas as medidas de segurança e roteiros adequados. Nesses casos, deverá ser realizado o ordenamento das faixas das trilhas prevendo uma faixa exclusiva para uso de bicicletas, quando foram compartilhadas com pedestres ou outros modais.

### **9.5 SINALIZAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

A CONCESSIONÁRIA deverá desenvolver e prover, no prazo máximo de 365 (trezentos e sessenta e cinco dias), a partir da celebração do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, solução de comunicação,

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

sinalização e interpretação ambiental para a ÁREA DA CONCESSÃO com linguagem visual padronizada e acessível. A solução deverá conter, no mínimo:

- Elementos de sinalização visual para identificar todos os equipamentos, atrativos e infraestruturas da ÁREA DA CONCESSÃO, tais como: edificações, acessos, estacionamento, veículos, atrativos, assim como as atividades e obras realizadas, dentre outros;
- Elementos de comunicação e interpretação ambiental como mapas; painéis de notícias e eventos; esquemas interpretativos; e placas de sinalização, advertência e direcionais.
- Sinalização alusiva de proteção e cuidados à fauna, flora e acessos, recomendações sobre o descarte de resíduos e a importância da não alimentação de animais silvestres, entre outras recomendações de segurança aos USUÁRIOS;
- Elementos direcionais, como placas e mapas de localização dos atrativos, quando pertinente, providenciando uma orientação visual adequada aos USUÁRIOS;
- Realização de melhorias na sinalização horizontal dos PARQUES, visando a aumentar a segurança dos deslocamentos dos USUÁRIOS.

Os elementos de sinalização e de comunicação deverão ser bilíngues (português e inglês) e contemplar a acessibilidade universal, conforme a ABNT NBR 9050.

Os materiais utilizados na sinalização e na comunicação deverão ser duráveis, resistentes ao vandalismo e de fácil manutenção e reposição. Incentiva-se o uso de materiais sustentáveis e que gerem o mínimo impacto ao ambiente natural dos PARQUES.

A CONCESSIONÁRIA deverá criar uma plataforma de comunicação e relacionamento bilíngue (português e inglês) com o USUÁRIO, podendo optar por aplicativo e/ou outros meios de divulgação digital da programação e dos serviços oferecidos nos PARQUES, contendo informações como: (I) mapa com localização de seus atrativos e serviços ao USUÁRIO; (II) informações históricas, culturais e ambientais; (III) horário de funcionamento; e (IV) campo para envio de dúvidas, sugestões e reclamações, entre outras.

É responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a implantação dos meios de comunicação para informar aos USUÁRIOS sobre a realização de obras e demais INTERVENÇÕES na ÁREA DA CONCESSÃO.

A CONCESSIONÁRIA deverá informar expressamente e em locais de clara visibilidade, em sua página eletrônica e em ações de divulgação, que se trata de uma CONCESSÃO realizada pelo Estado de São Paulo. Também deverão ser identificadas as áreas de início e término da CONCESSÃO, onde houver visitação pública.

A CONCESSIONÁRIA deverá divulgar o treinamento oferecido aos residentes do entorno, a ser disponibilizado gratuitamente, abrangendo, ao menos, os seguintes temas:

- Capacitação sobre conservação ambiental e unidades de conservação; e
- Capacitação técnico-operacional.

A divulgação deverá ser feita mediante informação disponibilizada no sítio eletrônico, de material informativo a ser distribuído no interior dos parques ou em outras mídias fixas internas, tais como faixas, cartazes, displays ou telões. O setor de recepção dos PARQUES deverá ser capaz de orientar os residentes do entorno interessados no treinamento em relação à programação de treinamento, dos requisitos mínimos para se candidatar, bem como de todo o procedimento a ser seguido para a efetiva participação no curso.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

## **10 SERVIÇOS OPERACIONAIS DE INFRAESTRUTURA**

### **10.1.1 Segurança Patrimonial**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, passará a prover a Segurança Patrimonial em toda ÁREA DA CONCESSÃO, incluindo os seguintes serviços, a serem implantados a nos prazos previstos nos itens 10.1.2, 0 e 0:

- Serviços de Vigilância Patrimonial;
- Instalação e Manutenção de Sistemas de CFTV;
- Controle de Acesso.

A execução deste encargo deverá estar em conformidade com o Plano de Segurança Patrimonial e Controle de Acesso e Plano de Riscos e Contingências, contidos no PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO.

### **10.1.2 Serviços de Vigilância Patrimonial**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da celebração do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, passará a prover o serviço de vigilância patrimonial, com profissionais habilitados, adequadamente treinados e todos os recursos necessários, ao longo da ÁREA DA CONCESSÃO.

Caberá à CONCESSIONÁRIA prover a solução adequada para serviços de vigilância patrimonial, incluindo postos fixos de vigilância e postos para execução de rondas de vigilância.

A CONCESSIONÁRIA deverá comunicar ao CONCEDENTE, num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a ocorrência de casos de danos relevantes ao patrimônio contido na ÁREA DA CONCESSÃO.

### **10.1.3 Instalação e Manutenção de Sistemas de CFTV**

A CONCESSIONÁRIA, em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá instalar e prestar a manutenção dos sistemas de CFTV e de controle de acesso (catracas, cancelas, sistemas de cadastro de visitantes, alarme perimetral etc.).

A CONCESSIONÁRIA, em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá implantar, operar e manter um centro operacional de monitoramento das imagens das câmeras de CFTV, devidamente equipado com sistemas de armazenamento de imagens para um período mínimo de 60 (sessenta) dias, bem como possuir monitores operacionais com funcionamento por 24 horas por dia. Esta central de monitoramento de imagens poderá ser implantada em local remoto aos PARQUES, desde que tenha comunicação ininterrupta e confiável entre as equipes do centro operacional e a equipe de vigilância instalada no local (nos PARQUES) e acesso ao CONCEDENTE.

Os sistemas de CFTV a serem instalados devem possuir recursos analíticos de vídeo, tais como: leitura de placa de veículos, contagem de pessoas em fluxo e linha virtual para monitoramento de invasão dos perímetros ou de intrusão em áreas proibidas dentro da ÁREA DA CONCESSÃO. O monitoramento de perímetros dos núcleos deverá considerar pelo menos uma extensão de 800 (oitocentos) metros lineares no núcleo Horto Florestal (HT), sendo que o perímetro de fronteira com o Núcleo Pedra Grande (PG) deverá fazer parte deste monitoramento, além de 900 (novecentos) metros lineares no núcleo Arboreto (AR), no perímetro

## SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

onde será localizado o acesso ao visitante. A tecnologia a ser utilizada para monitoramento pode ser diferente da utilização de câmeras com recursos de detecção de invasão de perímetro desde que seja capaz de indicar imediatamente em qual local do perímetro monitorado ocorreu a invasão e acionar câmeras para gravação de imagens do local da ocorrência.

Para os demais núcleos não há a obrigatoriedade de monitoramento de perímetro, ficando a critério da CONCESSIONÁRIA prover solução com os recursos descritos acima.

### **10.1.4 Controle de Acesso**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá mobilizar equipe de controladores de acesso que, compartilhando com a equipe de vigilância, deverá controlar o acesso de visitantes, veículos, funcionários, fornecedores (de acordo com o tipo de acesso) em todos os núcleos da CONCESSÃO, sejam os que exijam INGRESSO de entrada ou onde o acesso seja livre, auxiliando e orientando os visitantes do Parque Estadual da Cantareira e do Parque Estadual Alberto Löfgren.

A CONCESSIONÁRIA, em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da data de assinatura do CONTRATO, também deverá implantar, operar e manter sistemas de controle de acesso nos pontos de acesso da ÁREA DA CONCESSÃO (em todos os núcleos), mediante controle eletrônico, ou outra tecnologia similar ou superior disponível no momento da instalação. As entradas de visitantes (onde haja entrada paga), de funcionários, fornecedores e prestadores de serviços deverão ter controles de acesso totalmente interligados com o SGC (Sistema de Gestão e Controle).

Para os núcleos que ofereçam aos visitantes motorizados áreas de estacionamento pago, a CONCESSIONÁRIA deverá utilizar sistema de gestão de estacionamento, interligando-o com o sistema de controle de acesso via cancelas automáticas e recursos de registro de imagens. Soluções de autoatendimento (terminais de autoatendimento, tais como totens, por exemplo) deverão estar disponíveis para pagamento de estacionamento dentro das áreas de visitação, seja próxima ao próprio estacionamento, à bilheteria ou ao centro de visitantes (caso exista).

Além dos encargos especificados em Segurança na parte de controle de acesso, a CONCESSIONÁRIA deverá considerar a necessidade de controle do acesso de funcionários do CONCEDENTE, órgãos vinculados, SABESP e dos representantes dos Conselhos Consultivos dos PARQUES, em serviço, e demais convidados mediante autorização prévia, desde que previamente cadastrados, com identificação própria, tais como adesivo, cartão, sistema de biometria ou outros com qualidade superior.

### **10.1.5 Serviços de Combate a Incêndio**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da celebração do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá prover os serviços de brigada de incêndio, conforme as diretrizes dispostas na Instrução Técnica nº 17, do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de São Paulo, sendo responsável pela obtenção e renovação de AVCB de todas as infraestruturas existentes na ÁREA DA CONCESSÃO ou demais áreas necessárias.

A execução deste encargo deverá estar em conformidade com o Plano de Segurança Patrimonial e Controle de Acesso e Plano de Riscos e Contingências e Plano de Emergência Contra Incêndio, contidos no PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO.

A equipe de brigada de incêndio a ser constituída pela CONCESSIONÁRIA com seus próprios colaboradores deverá ter uma hierarquia para que os trabalhos de combate sejam organizados e eficientes. Deve ter apenas um responsável pelo comando, alguém que conheça a área e os métodos de combate, assumindo a responsabilidade pelas decisões.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

A brigada deverá ser composta de 3 (três) classes:

- **Chefe de brigada** – Autoridade máxima em um incêndio e tem as seguintes funções:
  - I. Determinar as chefias para funções específicas;
  - II. Estabelecer estratégias e táticas de combate;
  - III. Programar necessidades de recursos;
  - IV. Instruir no plano de combate;
  - V. Planificar e revisar as ações de combate;
  - VI. Garantir e zelar pela segurança e bem-estar dos combatentes;
  - VII. Manter informada a central de operações.
- **Líder de grupo** – Responsável para que as ferramentas, os equipamentos, os alimentos e o pessoal estejam sempre prontos. Tem as seguintes funções:
  - I. Instruir os combatentes sobre onde e como estabelecer a linha de fogo;
  - II. Supervisionar a brigada e garantir o adequado uso de equipamentos e ferramentas;
  - III. Garantir a segurança dos combatentes;
  - IV. Manter informado o chefe de brigada;
  - V. Supervisionar a correta desmobilização das pessoas e dos equipamentos.
- **Combatentes** – Tem as seguintes funções:
  - I. Construir a linha de fogo de acordo com as ordens do líder de grupo, trabalhando de forma segura e eficiente;
  - II. Sustentar a linha de fogo;
  - III. Realizar as obrigações;
  - IV. Fazer bom uso dos equipamentos e roupas, e ter cuidado com eles.

Também deverão ser realizados Treinamento de brigada de incêndios florestais, a partir dos seguintes critérios:

Carga horária: mínimo de 20 (vinte) horas (com reciclagem anual). Conteúdo mínimo:

- Estrutura e funcionamento
- Conceitos importantes
- Equipamentos e ferramentas

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

- Conhecendo o fogo
- Comportamento do fogo
- Comportamento dos incêndios florestais
- Planos de prevenção e proteção
- Prevenção na propagação do fogo
- Combate ao incêndio
- Sistema de extinção
- Aplicação dos métodos de combate a incêndios
- Rescaldo
- Apoio durante os trabalhos
- Determinação das causas
- Primeiros socorros

Os serviços de brigada de incêndio devem incluir:

- inspeção visual e teste periódicos na rede de sprinklers;
- inspeção visual e teste periódicos nas bombas de emergência;
- verificação diária da disponibilidade de água para o sistema de combate a incêndio;
- inspeção diária em hidrantes, extintores e acessórios;
- inspeção, controle de manutenção e organização da ambulância, se for o caso;
- controle e organização dos equipamentos de emergência tais como malas de primeiros socorros, macas, conjuntos autônomos etc.);
- inspeção nas áreas de trabalho, isolamento das áreas de risco, orientação preventiva dos frequentadores;
- primeiro atendimento e acompanhamento de vítimas acidentadas ao hospital, se for o caso;
- resgate em espaços confinados e trabalhos em altura, quando houver;
- montagem de linhas de vida com corda e equipamentos de resgate para trabalhos em altura e espaços confinados, se for o caso;
- treinamentos de combate a incêndio, primeiros socorros, uso de EPI;

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

- treinamentos específicos para prevenção e combate a incêndios florestais
- inspeção, teste e acompanhamento de manutenções no sistema de alarme;
- elaboração e preenchimento de planilhas, relatórios e apresentações relativas aos temas da prevenção de incêndio, eventos ocorridos, necessidades de manutenção e correção etc.;
- vistoria em campo com base no projeto do corpo de bombeiros;
- contribuir para elaboração, implantação e manutenção do plano de emergência contra incêndios;
- realizar capacitação da brigada de emergência;
- organização de planos de abandono e simulados de emergência.
- Comunicar imediatamente a ocorrência e apoiar as guarnições especiais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de São Paulo no combate aos incêndios florestais
- Equipamentos de combate a incêndios para resposta rápida (apoio ao combate de incêndios florestais)
- Moto bomba com tanque rígido ou flexível de 500 (quinhentos) litros no mínimo
- 5 (cinco) mochilas costais flexíveis
- Abafadores
- Ferramentas: enxadas, foice e facão

#### **10.1.6 Limpeza**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da celebração do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá realizar a limpeza da ÁREA DA CONCESSÃO, incluindo os seguintes serviços:

- Limpeza das Áreas de Uso Público;
- Limpeza de Áreas Técnicas;
- Limpeza de Sanitários e Fraldários Públicos;
- Coleta e Destinação de Resíduos das Áreas Técnicas, das Áreas de Visitação Pública e dos Sanitários e Fraldários Públicos;
- Controle de Pragas;

A execução deste encargo deverá estar em conformidade com o Plano de Limpeza e o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS) contidos no PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO. Também deverá seguir as determinações dos PLANOS DE MANEJO dos PARQUES.



## SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

A CONCESSIONÁRIA não será responsável pela limpeza das áreas que permanecerão sob utilização do INSTITUTO ou da Polícia Militar Ambiental, ambas localizadas ao lado dos PARQUES, mas fora da ÁREA DA CONCESSÃO.

A limpeza interna e externa do MUSEU FLORESTAL deverá ser realizada pela CONCESSIONÁRIA.

### **Limpeza das Áreas de Uso Público**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá prover o serviço de limpeza das áreas de uso público existentes na ÁREA DA CONCESSÃO, de acordo com a necessidade de planos estabelecidos para cada área, incluindo:

- limpeza de áreas internas às edificações utilizadas pelo público USUÁRIO tais como centros de visitação, salas de leitura, espaços utilizados para educação ambiental, museus, salas de exposição etc.;
- varredura de pátios externos, calçadas, trilhas, áreas de lazer, de camping, de piquenique;
- lavagem geral de áreas externas, incluindo calçadas, estacionamentos e pátios;
- limpeza e desobstrução de ralos de escoamento, desentupindo-os quando necessário, desde que isto não implique em mão de obra técnica (de bombeiro hidráulico ou pedreiro).
- recolher, depositar e destinar para local apropriado os resíduos gerados pelos visitantes;
- limpeza das áreas comuns externas às UNIDADES GERADORAS DE CAIXA (restaurantes, lanchonetes, lojas, quiosques etc.).

As áreas tais como praças de alimentação e de concentração de usuários clientes de UGCs deverão ser limpas e higienizadas pelas equipes operacionais dessas UGCs. Portanto, caso a operação das UGCs seja orgânica, ou seja, de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, esta deverá também se responsabilizar pela limpeza e higienização destas áreas compartilhadas pelo público. Caso contrário, os terceiros contratados poderão assumir as atividades.

### **Limpeza de Áreas Técnicas**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá prover os serviços de limpeza das áreas técnicas sob sua gestão existentes na ÁREA DA CONCESSÃO, incluindo edificações sob responsabilidade do CONCEDENTE identificadas no ANEXO I.

São definidas como áreas técnicas as áreas normalmente não visitadas pelo público e que tem sua utilização por parte dos colaboradores da CONCESSIONÁRIA e seus parceiros: prédios administrativos, oficinas de manutenção, veículos, pontos de leitura de água e esgoto, casas de máquinas, guaritas de controle de acesso e segurança, sala de monitoramento de segurança, vestiários etc.

### **Limpeza de Sanitários e Fraldários Públicos**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá prover os serviços de limpeza dos conjuntos de sanitários e fraldários de uso público, durante todo o horário de funcionamento dos equipamentos, além de disponibilizar e repor todos os materiais descartáveis necessários como: papel toalha, sabonete líquido, papel higiênico, sacos para resíduos, fraldas etc.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

**Coleta e Destinação de Resíduos das Áreas Técnicas e de Visitação Pública**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá prover os serviços de coleta e destinação adequada dos resíduos sólidos produzidos tanto nas áreas públicas, nas áreas técnicas e nos sanitários e fraldários dentro da ÁREA DA CONCESSÃO, de todos os núcleos envolvidos.

A CONCESSIONÁRIA deverá também atuar, prioritariamente, na redução da geração de resíduos, bem como na reciclagem e utilizar coletores e espaços de armazenamento que impeçam o acesso de animais aos resíduos depositados.

**Controle de Pragas**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá prover serviços técnicos especializados em controle de pragas em todas as edificações sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA dentro da ÁREA DA CONCESSÃO, incluindo:

- medidas de prevenção e inspeção;
- dedetização e desratização, conforme Resolução RDC nº 52/2009;
- efetividade para insetos (baratas, cupins, formigas, moscas, mosquitos, pernilongos), para aracnídeos (carrapatos, escorpiões), para roedores (camundongos, ratos, ratazanas) e para quirópteros.

Os serviços de controle de pragas deverão ser exercidos por pessoal devidamente certificado, preparado e equipado para tais atividades.

Todos os procedimentos de diluição ou outras manipulações autorizadas para produtos saneantes, da técnica de aplicação, da utilização e manutenção de equipamentos, de transporte, de destinação final e outros procedimentos técnicos ou operacionais, devem estar descritos e disponíveis na forma de Procedimentos Operacionais Padronizados (POP), inclusive com informações sobre o que fazer em caso de acidente, derrame de produtos químicos, saúde, biossegurança e saúde do trabalhador, observada a legislação vigente.

Os produtos químicos aplicados no controle das pragas deverão ter as seguintes características:

- ingrediente ativo;
- efeito residual prolongado superior a 90 (noventa) dias após a aplicação;
- baixo teor toxicológico para os seres humanos;
- sem cheiro e sem odor;
- pressão de vapor maior que 200 kPa a 20°C;
- foto estável e não corrosivo;
- não apresentar índice mutagênico;
- devidamente registrado na ANVISA;

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

- não utilizar clorados ou organofosforados;
- deverão apresentar as respectivas FISPQ.

#### **10.1.7 Manutenção**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá prestar a manutenção de todas as edificações, áreas e ativos concedidos e reversíveis sob sua responsabilidade, devendo mantê-los em bom estado de conservação durante todo o período de CONCESSÃO, incluindo edificações sob responsabilidade do CONCEDENTE que estiverem na ÁREA DA CONCESSÃO, com os seguintes serviços:

- Operação e Manutenção do Estacionamento e Vias de Acesso;
- Operação e Manutenção de Equipamentos de Mobilidade/Conexão entre Núcleos;
- Manutenção das Áreas e Edificações de Uso Público;
- Manutenção Elétrica;
- Manutenção Hidráulica;
- Manutenção de Mobiliário Urbano e de Sinalização Visual;
- Manutenção de Equipamentos Técnico-Operacionais;
- Manutenção de Áreas Verdes;
- Manutenção dos Aceiros (caso existam).

A execução deste encargo deverá estar em conformidade com o Plano de Manutenção e Plano de Manutenção de Áreas Verdes, contidos no PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO. Também deverá seguir as determinações dos PLANOS DE MANEJO dos PARQUES.

A CONCESSIONÁRIA não será responsável pela manutenção das áreas que permanecerão sob utilização do INSTITUTO ou da Polícia Militar Ambiental, ambas localizadas ao lado dos PARQUES, mas fora da ÁREA DA CONCESSÃO. Excepcionalmente, após a reforma da Sede Administrativa do INSTITUTO, a CONCESSIONÁRIA deverá ser responsável pela manutenção predial desta edificação.

#### **Operação e Manutenção de Estacionamento e Vias de Acesso e Internas**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá prover os serviços de manutenção das áreas de estacionamento, de vias de acesso e internas, de pisos, calçamento e pavimentação, de trilhas acessíveis aos visitantes, de sinalização visual, placas, cartazes e letreiros informativos ao público de todos os núcleos envolvidos na ÁREA DA CONCESSÃO.

#### **Operação e Manutenção de Equipamentos de Mobilidade/Conexão entre os Equipamentos**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da implantação de transportes internos entre núcleos, deverá prover os serviços de operação e manutenção de equipamentos motorizados de mobilidade, que sejam implantados para

## SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

transporte do público entre os núcleos Horto Florestal (HT) e Pedra Grande (PG) devendo, portanto, ser providos os serviços de operação e manutenção.

A equipe da CONCESSIONÁRIA deverá estar devidamente habilitada e treinada para seguir todas as normas de segurança e mobilidade pertinentes aos equipamentos e veículos, assim como as normas técnicas de segurança vinculadas ao meio de transporte a ser implantado e práticas sugeridas ou exigidas por seu fabricante, com prioridade para meios de transportes de baixa emissão de poluentes.

### **Manutenção das Áreas e Edificações de Uso Público**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá prover os serviços de manutenção de áreas e edificações de uso público e de uso técnico e administrativo sob sua gestão tais como: passeios, pavimentos, vias de acesso, sanitários, fraldários, edifícios de atrações e de espaços para alimentação (lanchonetes, cafeterias, restaurantes, lojas etc.), centros de visitação, salas de leitura, espaços utilizados para educação ambiental, museus, salas de exposição, edificações de uso administrativo e técnico da CONCESSIONÁRIA (edifícios administrativos, salas, escritórios, oficinas técnicas etc.), bem como a conservação dos bens tombados.

### **Manutenção Elétrica**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá prover os serviços de manutenção elétrica de toda a ÁREA DA CONCESSÃO, incluindo a manutenção de todos os circuitos elétricos de Baixa Tensão (BT) e Média Tensão (MT) instalados, painéis de distribuição, sistemas de iluminação, cabines primárias, etc.

Realizar todas as adaptações necessárias para individualizar o sistema de medição, com o objetivo de identificar e pagar o consumo próprio e o decorrente do uso público da ÁREA DA CONCESSÃO em até 1 (um) mês após a assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO.

A CONCESSIONÁRIA deverá prestar serviços de manutenção para todo o sistema de energia e instalações elétricas da ÁREA DA CONCESSÃO para garantir a disponibilidade do fornecimento, a qualidade e o uso eficiente. Fazem parte deste sistema, dentre outros:

- cabine de entrada e medição;
- cabine de transformação;
- sistemas de proteção;
- rede elétrica
- painéis e quadros elétricos;
- operação e manutenção de grupo-geradores (se houver);
- nobreaks (se houver);
- interruptores e tomadas;
- chaves, dispositivos de proteção e comando;
- iluminação interna e externa;

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

- iluminação de emergência;
- dispositivos de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA);
- gestão da interligação com a concessionária prestadora de energia;
- avaliação periódica dos equipamentos:
  - I. painéis elétricos de média e baixa tensão;
  - II. disjuntores;
  - III. fusíveis;
  - IV. iluminação;
  - V. tomadas;
  - VI. pontos de força;
  - VII. infraestrutura de distribuição.

**Manutenção Hidráulica**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá prover os serviços de manutenção hidráulica de toda a ÁREA DA CONCESSÃO, incluindo: sistemas de captação de água, redes internas de distribuição, sistemas de drenagem, sistemas de bombeamento e comportas, limpezas de cisternas, de caixas d'água e análise e tratamento de água potável e de reuso, sistemas de irrigação de áreas verdes, limpezas superficiais de lagos, lagoas, riachos e córregos etc.

Realizar todas as adaptações necessárias para individualizar o sistema de medição, com o objetivo de identificar e pagar o consumo próprio e o decorrente do uso público da ÁREA DA CONCESSÃO em até 1 (um) mês após a assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO;

Os serviços de manutenção hidráulica devem abarcar minimamente as seguintes atividades:

- realização de limpezas periódicas nos sistemas hidráulicos para garantir a qualidade da água e esgoto (limpeza de caixas d'água, tubulações etc.);
- monitoramento da qualidade da água de reuso (se houver) através da emissão de laudos técnicos de periodicidade semestral;
- garantia de níveis de qualidade definidos pela legislação vigente em relação ao sistema de água, sistema de reuso (se houver) e deságue de esgoto;
- monitoramento da qualidade da água de potável;
- monitoramento da qualidade da água dos lagos através sistemas de monitoramento contínuo, conforme descrito no item a seguir

**Manutenção de Mobiliário Urbano e de Sinalização Visual**

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

A CONCESSIONÁRIA, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá prover os serviços de manutenção de mobiliário urbano, tais como: bancos, mesas, lixeiras, totens, postes, torres, hidrantes, abrigos e pontos de ônibus, bebedouros, paraciclos, brinquedos de playground, bem como toda a sinalização visual da ÁREA DA CONCESSÃO, tanto vertical (placas e setas) como horizontal (faixas e sinalização pintadas nos pisos), placas de aviso, cartazes, pôsteres, banners, idealizações horizontais, verticais e aéreas, sistemas de áudio etc.

**Manutenção de Equipamentos Técnico-Operacionais**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá prover os serviços de manutenção de equipamentos técnico-operacionais, tais como: veículos elétricos, a combustível fóssil, tratores, serras, máquinas de solda, máquinas varredeiras, máquinas polidoras, máquinas sopradoras, sistemas de medição elétrica, motores, geradores, conversores, bombas hidráulicas, ou seja, de todos os recursos operacionais de sua propriedade e que sejam considerados BENS REVERSÍVEIS ao final do período de CONCESSÃO.

**Manutenção das Áreas Verdes**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá prover os serviços de manutenção das áreas verdes na ÁREA DA CONCESSÃO, que abrange a manutenção do paisagismo da área de visitação, bem como as atividades de poda de árvores, roçada nos gramados, adubação, plantio de mudas, entre outras.

O serviço de manutenção das áreas verdes compreende as atividades relacionadas ao plantio, irrigação, poda de árvores e plantas ornamentais, controle fitossanitário, capinagem, roçagem, limpeza dos resíduos gerados nos jardins, das áreas ajardinadas, vasos de plantas, assim como o cuidado com as áreas arborizadas do perímetro destinado a CONCESSÃO.

O serviço de manutenção de áreas verdes contempla minimamente as seguintes atividades:

- plantar e manter as áreas externas e internas com plantas gramíneas e florais de paisagismo;
- podar/cortar as gramas com aplicação de produtos adequados para manutenção de jardim, bem como das plantas e árvores nativas;
- irrigar plantas e gramas;
- fornecer, substituir, repor plantas, mudas ornamentais e grama utilizando-se de vegetais similares aos da vegetação da região;
- implantar e manter os jardins de forma limpa e organizada;
- realizar a ordenação geral das áreas verdes através do corte/roçagem do gramado e do relvado, assim como dos contornos necessários nas áreas que tenham forração;
- realizar o tratamento fitossanitário das áreas verdes e jardins para combate e erradicação de pragas e parasitas;
- realizar o acondicionamento dos resíduos gerados dos serviços de jardinagem executados em local apropriado;

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

- executar, em épocas certas, as podas de formação, tanto nas árvores como nos arbustos. Não deverão ser executadas podas que descaracterizem as plantas, sendo importante a manutenção da forma natural de cada essência;
- para contornar desequilíbrios no desenvolvimento das plantas, deve-se realizar o controle de insetos, fungos, vírus e outros, por processos biológicos, físicos e químicos. O uso de produtos químicos como: inseticidas, fungicidas, herbicidas, acaricidas e outros, deverão limitar-se aos casos específicos e às dosagens indispensáveis;
- deverão ser efetuadas reformas nas falhas do ajardinamento sempre na medida do que for necessário;
- deverão ser recolhidas, depositadas e destinadas em local apropriado as folhas, os restos de podas e entulhos gerados.
- manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso;

Caberá à CONCESSIONÁRIA realizar poda preventiva e periódica e corte rasos de árvores mortas, que ofereçam riscos a vida de funcionários e USUÁRIOS e/ou a estruturas, equipamentos, instalações, edificações na ÁREA DA CONCESSÃO. Em casos de supressão de vegetação arbórea nativa será necessária a anuência do CONCEDENTE, além de atendimento às demais autorizações específicas, observando a legislação vigente.

**Apoio ao Manejo, Conservação Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais e Áreas Verdes**

A CONCESSIONÁRIA deverá realizar apoio ao manejo, conservação ambiental e proteção dos recursos naturais e áreas verdes com a finalidade de proteger e conservar a integridade do patrimônio natural, histórico e cultural do PEC e do PEAL, e consequentemente de suas atrações naturais, históricas e culturais.

Elementos vegetais e outras características ambientais presentes nos PARQUES, tais como árvores, maciços arbóreos, espaços abertos, gramados, arbustos, jardins e elementos hídricos são parte integrante de seu ecossistema, sua paisagem, devendo ter suas características, bem como o seu patrimônio natural, mantidos pela CONCESSIONÁRIA.

A CONCESSIONÁRIA deverá adotar medidas que impeçam a alimentação de animais pelos USUÁRIOS, bem como deverá ser apresentado um protocolo de atendimento, documentação e destinação em relação a animais domésticos e animais silvestres mortos, adoecidos ou feridos na ÁREA DA CONCESSÃO

**Manutenção dos Aceiros (caso existam)**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá manter os aceiros presentes na ÁREA DA CONCESSÃO.

**Manutenção da Casa da Bomba**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá realizar a manutenção da Casa da Bomba e equipamentos específicos, conforme detalhado nos ANEXOS III e V.

**10.1.8 Utilidades**



## SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

A CONCESSIONÁRIA, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá prover os serviços de utilidades dentro da ÁREA DA CONCESSÃO, incluindo:

- manutenção de Cabines Primárias;
- gestão sustentável de água/esgoto, energia elétrica e GLP;
- provimento, monitoramento e garantia da qualidade da água para consumo humano;
- monitoramento da qualidade da água de lagos, em caso de utilização para atividades com visitantes.

A execução deste encargo deverá estar em conformidade com o Plano de Manutenção, Plano de Gestão de Resíduos Sólidos (PGRS) e Plano de Saneamento, contidos no contido no PLANO DE GESTÃO E OPERAÇÃO.

### **Manutenção de Cabines Primárias**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá prover os serviços de operação, manutenção preventiva e corretiva de cabines primárias da ÁREA DA CONCESSÃO.

### **Gestão Sustentável de Água e Esgoto, Energia Elétrica e GLP**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá prover a gestão sustentável dos recursos hídricos, de energia e de GLP da ÁREA DA CONCESSÃO, visando a manutenção de seu fornecimento ininterrupto.

A CONCESSIONÁRIA, a partir da celebração do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá individualizar as contas do próprio consumo na ÁREA DA CONCESSÃO, não sendo responsável pelos custos decorrentes das edificações sob responsabilidade do CONCEDENTE e órgãos vinculados.

A CONCESSIONÁRIA deverá exercer monitoramento do consumo de tais recursos, além da manutenção dos sistemas internos de captação dessas utilidades.

### **Provimento, Monitoramento e Garantia da Qualidade da Água para Consumo Humano**

A CONCESSIONÁRIA, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá prover água para consumo humano na área sob sua gestão, monitorando a sua qualidade, em conformidade com os parâmetros de potabilidade regidos pelo Anexo XX, da Portaria de Consolidação nº 05 (Portaria nº 2.914/2011), do Ministério da Saúde.

A frequência de monitoramento e os parâmetros devem estar de acordo com o art. 40 e anexos 12 e 14 do Anexo XX, da referida Portaria, considerando o ponto de amostragem, da população abastecida e do tipo de manancial, a fim de avaliar o risco à saúde humana.

Os parâmetros devem ser monitorados de acordo as tabelas de potabilidade para padrão microbiológico, de substâncias químicas, de cianotoxinas de radioatividade, e para padrão organoléptico que representam risco à saúde (Anexo 1 7, 8, 9 e 10, do Anexo XX).

### **Monitoramento da Qualidade da Água da Superfície**

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

A CONCESSIONÁRIA, a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO, deverá monitorar a qualidade da água em caso de utilizar os lagos para atividades com o público visitante (por exemplo, aluguel de pedalinho).

O monitoramento deverá ser feito continuamente, em pelo menos 2 (dois) pontos de amostragem por lago, tendo em ambos a capacidade de medir temperatura, pH, oxigênio dissolvido e condutividade da água da superfície. O monitoramento contínuo deverá permitir alerta em caso de a qualidade da água de superfície não atender aos padrões de qualidade definidos.

## **11 ENCARGOS DE INTEGRAÇÃO LOCAL**

A CONCESSIONÁRIA deverá, a partir da celebração do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO:

- Criar formas de valorização e priorização da utilização da mão de obra e dos produtos locais e regionais da Mata Atlântica, com o objetivo de contribuir com a geração de renda e emprego;
- Criar formas de favorecer as condições de integração social e econômica das comunidades no entorno. Abaixo, nos três itens seguintes, são apresentadas algumas diretrizes como recomendação, cujo atendimento é opcional para a CONCESSIONÁRIA:
  1. Incentivar o encadeamento produtivo, que são relacionamentos cooperativos de longo prazo e mutuamente atraentes, estabelecidos entre empresas e entidades de uma mesma cadeia de valor, com o objetivo de facilitar a realização de negócios entre elas, pela adequação de requisitos para fornecimento de produtos e serviços;
  2. Inclusão, nas capacitações realizadas pela CONCESSIONÁRIA para seu corpo técnico e terceiros prestadores de serviços, de pessoas da comunidade do entorno dos PARQUES;
  3. Dar preferência ao encadeamento produtivo de serviços que cumpram um papel social e ambiental, que privilegiem um estilo de vida saudável e o uso de insumos e produtos regionais, de forma compatível com os objetivos dos PARQUES, focados na sustentabilidade social, econômica e ambiental, criando, por exemplo, cursos de artesanato com materiais naturais e integrados a atividades de educação ambiental;
- Promover, uma vez por semana, em um dos núcleos da ÁREA DA CONCESSÃO, feiras com produtos e produtores locais;
- Promover a criação de espaço na ÁREA DA CONCESSÃO para novos negócios atrelados à unidade ou economia do entorno, podendo para isso buscar apoio e patrocínio de outras entidades, com a possibilidade de uso de *naming rights*, nos termos delimitados no CONTRATO, além das demais formas também estabelecidas em CONTRATO; e
- Incentivar a criação de novos negócios inseridos na Economia Verde, que enfatizem o uso racional dos recursos naturais, estilo de vida saudável, a valorização da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos, com o objetivo de fomentar a inovação para a conservação da sociobiodiversidade e atendimento da agenda global para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável do Milênio.
- Promover e divulgar aos residentes da comunidade do entorno sobre os treinamentos oferecidos gratuitamente nos seguintes temas:
  - Capacitação sobre conservação ambiental e unidades de conservação; e
  - Capacitação técnico-operacional.

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

- A divulgação dos treinamentos deverá ser feita através de informação disponibilizada no website, de material informativo a ser distribuído no interior dos parques e em outras mídias fixas internas tais como faixas, cartazes, displays ou telões. O setor de recepção dos parques deverá ser capaz de orientar os residentes do entorno interessados no treinamento em relação à programação de treinamento, dos requisitos mínimos para se candidatar, bem como de todo o procedimento a ser seguido.
- Os treinamentos oferecidos aos residentes do entorno podem ser realizados conjuntamente com os treinamentos realizados com os funcionários da CONCESSIONÁRIA (ou seus contratados), não necessitando serem exclusivos.
- O setor administrativo da CONCESSIONÁRIA deverá analisar as candidaturas e emitir as aprovações e cadastramento dos aprovados para os treinamentos do período subsequente.
- Os requisitos mínimos obrigatórios de disponibilidade de treinamento serão os seguintes:
  - Capacitação sobre conservação ambiental e unidades de conservação: 8 horas de capacitação por residente do entorno inscrito por ano;
  - Capacitação técnico-operacional: 20% das vagas ou 20% da carga horária de treinamento operacional de seus funcionários (ou seus contratados) disponibilizadas para residentes, com total mínimo de 24 vagas disponibilizadas por ano.

## 12 PRAZOS

A tabela a seguir apresenta os prazos para a realização dos encargos previstos neste ANEXO.

ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO
<b>3</b>	<b>Planos e Projetos</b>	
3.1	Plano de Gestão e Operação	90 (noventa) dias após assinatura do CONTRATO
3.2	Plano de Intervenções	180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do CONTRATO
3.3	Projeto de Identidade Visual	180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do CONTRATO
3.4	Plano de Comunicação, divulgação e educação ambiental	180 (cento e oitenta) dias após a assinatura do CONTRATO
3.5	Plano Museológico	240 (duzentos e quarenta) dias após a assinatura do CONTRATO
<b>5</b>	<b>Prestação de informações da Concessão</b>	
5.1	Relatório de Avaliação dos Indicadores de Desempenho - Verificador Independente	em até 15 dias após o recebimento da documentação de avaliação semestral realizada pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE
5.1	Relatório Anual da Concessão	em até 90 (noventa) dias posteriores a cada aniversário do CONTRATO
5.1	Relatório Operacional	Mensalmente, em até 5 (cinco) dias úteis após o término do mês
5.3	Sistema de Controle e Gestão Operacional (SCG)	a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO
<b>6</b>	<b>Uso Público para Ecoturismo e Recreação</b>	
<b>6.3</b>	<b>Serviços e Atividades voltadas ao uso público na Área da Concessão</b>	
6.3.1	Parque Estadual da Cantareira	
	Arrecadação de bilhetagem	quando da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO

SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO
	Estacionamento	quando da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO
	Alimentação e Bebida	quando da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO
	Circuito de aventura	em até 36 (trinta e seis) meses contados da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO
6.3.2	Integração entre PEAL e PEC	
	Estacionamento	em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO
	Transporte Interno	em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO
6.3.3	Parque Estadual Alberto Löffgren	
	Alimentação e Bebida	quando da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO
	Museu Florestal	quando da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO
	Palácio do Horto Florestal	quando da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO
<b>7</b>	<b>Conhecimento</b>	
	Educação e Interpretação Ambiental	quando da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO
	Pesquisa	quando da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO
<b>8</b>	<b>Visitação</b>	
	Monitoramento de impactos da visitação	quando da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO
	Atendimento ao Público	quando da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO
	Pesquisa de satisfação do visitante e comunidade	avaliação semestral realizada pelo VERIFICADOR INDEPENDENTE
<b>9</b>	<b>Infraestrutura</b>	
	Reformas e Construções	Verificar Anexo III
	Água para consumo humano	a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO
	Trilhas	Verificar Anexo III
	Sinalização e Comunicação	em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO
<b>10</b>	<b>Serviços Operacionais de Infraestrutura</b>	
10.1.1	Segurança Patrimonial	a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO
10.1.2	Serviços de Vigilância Patrimonial	a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO
10.1.3	Instalação e Manutenção de Sistemas de CFTV	em até 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias contados da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO
10.1.4	Controle de Acesso	a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO
10.1.5	Serviços de Combate a Incêndio	a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO
10.1.6	Limpeza	a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO
10.1.7	Manutenção	a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO
10.1.8	Utilidades	a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO
<b>11</b>	<b>Encargos de Integração Local</b>	
	Integração Local	a partir da assinatura do TERMO DE ENTREGA DO BEM PÚBLICO